

EDITORIAL

A produção científica é um processo que demanda a observação de certos fatos, a capacidade de indagar-se sobre o que percebe e, sobretudo, uma disponibilidade interna para enfrentar teoricamente o que já se conhece e avançar no que ainda não dominamos. É um processo longo e árduo, mas que promove um salto na compreensão daqueles fenômenos e, certamente, produz efeitos na capacidade técnica de quem se lança na produção acadêmica e contribui para o desenvolvimento de determinada área do saber e da cultura.

Tamanho investimento precisa ser tratado com o devido respeito que as produções científicas merecem. A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, neste momento, tem como uma de suas diretrizes a aproximação da instituição com o universo acadêmico e científico, a fim de trilhar um dos possíveis caminhos de qualificação de seus membros e servidores. Para tanto, a sua Revista vem se transformando sistematicamente. A Revista N.28 caracteriza a primeira produção feita totalmente sob o sistema OJS e, para nós, Comissão Editorial da Revista, é visível o crescimento da demanda de submissão, o desejo de publicação dos autores e autoras e o dedicado e criterioso trabalho dos pareceristas que colaboram gentilmente com esta causa. E o resultado é o que ora apresentamos!

Durante o período da pandemia, algumas temáticas exigiram grande atenção, como a virtualização dos processos judiciais, a violência doméstica, os crimes contra a mulher, as mediações familiares, entre outras. Muitas transformações institucionais foram necessárias para albergar estas demandas nesta fase tão radical e destrutiva da nossa história. Nesta edição, contamos com o autor convidado Rafael Muneratti, Defensor Público atuante nos Tribunais Superiores, que nos brindou com o manuscrito *Justiça Virtual e Acesso a Justiça*.

Dos doze artigos aceitos para publicação, cinco versam sobre os temas acima citados, o que revela a dimensão da grave problemática na nossa sociedade, ainda que com nuances distintas, desde a origem da nossa cultura. Há um desconhecimento sobre a condição de feminilidade dos sujeitos, superpondo esse tema à condição reduzida de que a mulher é mais frágil, menos preparada para o trabalho, voltada para os cuidados domésticos, entre outras narrativas pejorativas e depreciativas da condição feminina.

A falta de conhecimento a respeito dos motivos que subjagam a mulher sustenta crimes violentos e inadmissíveis que às vezes ficam silenciados, e outras tantas chegam ao sistema jurídico. Os artigos aqui publicados discorrem sobre medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha; sobre a violência contra a mulher durante a pandemia de coronavírus e a segurança pública brasileira; o princípio basilar de intervenção mínima e algumas reflexões sobre a criminalização das mulheres denominadas “mulas de tráfico”; sobre a vida da mulher pelo direito penal; e sobre a mediação de conflito como política pública. Todas representam pertinentes contribuições científicas ao campo de pesquisa sobre crimes contra as mulheres.

A edição de número 28 aborda ainda temas como Processo Penal, Execução Penal, Direito do Consumidor, Reforma Trabalhista, Delitos de Corrupção de Menores e o Sistema de Saúde SUS na era pandêmica. Esta amplitude de artigos revela a abrangência e a pertinência de publicações como a nossa Revista, contribuindo para o constante crescimento institucional. Apoiamos a ciência como um dos caminhos que nos faz avançar com segurança, transparência e responsabilidade.

Boa leitura!

Lizana Dallazen – Editora Responsável

Samara Wilhelm Heerdt – Coordenadora da Revista